

FACULDADES OPET  
CURSO DE DIREITO

**CRIME DE ABORTO UMA TENDÊNCIA REVISIONAL**

**CURITIBA**  
**2009**

CÉSAR DA COSTA

## **CRIME DE ABORTO UMA TENDÊNCIA REVISIONAL**

Trabalho Interdisciplinar apresentado ao curso de  
Direito 2B, das Faculdades Opet.

Orientador: Professor Horácio Monteschio

**CURITIBA**

**2009**

# CRIME DE ABORTO UMA TENDÊNCIA REVISIONAL

César da Costa<sup>1</sup>

Este trabalho apontará uma questão inquietante e silenciosa da sociedade, o direito pétreo de salvaguardar a vida, indicado no *caput* do artigo 5º da Constituição Federal e do poder dado para tirá-la justificadamente, como trata o artigo 128, II do Código Penal quando gravidez proveniente de estupro, o qual é chamado de aborto humanitário, ético ou sentimental.

A maneira correta de iniciar seria traçar uma analogia da lição de Michael Foucault do livro *Vigiar e Punir*, na parte que trata do suplício, ficando desta forma:

Século XX, o ser é disposto em um piso de um frio metálico, atezado e desmembrado pelas diversas tentativas do carrasco para retirá-lo, com uma espécie de bisturi, do local em que alojava-se e que até então tinha como refúgio para a vida. Neste piso, o carrasco certifica-se se todas as partes de seu corpo foram retiradas e seu coração que antes batia quente, com vigor e veloz, passa a bater mais e mais lentamente; a sensação de queimação, frio e dor é inimaginável; o público a sua volta apenas conclui suas funções regradas por uma norma técnica pré-estabelecida e abandonam seu corpo ou o que restou, a própria sorte, em um cesto até definharem o último batimento cardíaco.

Vendo o parágrafo ficcional acima, baseado numa das técnicas de procedimento de aborto induzido, percebe-se que a inviolabilidade do direito à vida é deixado de lado para um sentimento de repulsa a um resultado de uma violência grave e que agride veementemente a dignidade humana.

Mas se a sociedade é crente que a vida é o bem jurídico mais importante a ser defendido, negando inclusive a pena de morte como solução para quaisquer tipos de crimes, como expressa Cesare Beccaria: “A pena de morte não se apóia, assim, em nenhum direito. É uma guerra declarada a um cidadão pela nação, que julga a destruição desse cidadão necessária ou útil. Se eu provar, porém, que a morte não é útil nem necessária, terei ganho a causa da humanidade.” (2002, p. 91), então porquê deve-se impô-la ao nascituro que também é protegido em nosso código civil no artigo 2º?

---

<sup>1</sup> Bacharel em Administração de Empresas pela UFPR; Pós-Graduado em Telemática, Redes e Internet -CEFET-PR; Acadêmico de Direito Faculdades OPET.

É fato que a ultrajada, em certos casos, verá no filho, concebido pela força, uma recordação amaríssima dos instantes mais penosos de sua vida, a ponto dos legisladores penais, percebendo o sofrimento desta e que seu bem estar psíquico estaria acima até mesmo da vida de um ser humano em franco desenvolvimento, resolvem não considerar esse tipo de aborto como criminoso.

Mas esta percepção, tomou a resolução mais acertada?

Matar outro ser humano, é a melhor solução?

Não e não, a sociedade deve agir com a razão em qualquer crime hediondo, não se deve deixar o sentimentalismo regradar as ações, levando a percorrer o caminho da vingança, deve colocar sempre a vida em primeiro lugar, a vida protegida pelo Estado, oferecendo a ultrajada e a criança que vier do estupro a possibilidade de viverem com dignidade na sociedade. Permitindo a primeira todo suporte médico e psicológico no processo gestacional e no pós-parto, o direito de escolha da maternidade ou não, para o segundo, a proteção que qualquer cidadão tem garantido na Constituição Federal.

## **REFERÊNCIAS**

BECCARIA, Cesare. **Dos delitos e das penas**. São Paulo: Ed. Ridendo Castigat Mores, 2005.

FOUCAULT, Michael. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 2006.

SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE. **Prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes**. Brasília: Ministério da Saúde, 2005.